

**IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del  
Deporte (ALESDE)  
Deportes, prácticas democráticas y sociedad: nuevas encrucijadas y desafíos en las  
tramas regionales**

**La perspectiva de los agentes implementadores respecto al deporte escolar en el  
municipio de Paranavaí – PR**

**O olhar dos agentes implementadores a respeito do esporte escolar no município de  
Paranavaí – PR**

**Eje:** Deporte, educación y enseñanza

**Autores/as:**

*Tasca, Layane Castiglioni:*

Universidade Estadual de Maringá, Brasil, layane.tasca@outlook.com

*Andrade, Vanessa Mota:*

Universidade Estadual de Maringá, Instituto Federal do Paraná, Brasil,  
vanessa.andrade.uem@gmail.com

*Starepravo, Fernando Augusto:*

Universidade Estadual de Maringá, Brasil, fastarepravo@uem.br

**Resumo:**

O esporte escolar no Brasil passou por diversos contextos históricos que influenciaram diretamente na sua estruturação, tipos de prática e na formação de professores e agentes envolvidos com estas atividades. No município de Paranavaí, localizado no estado do Paraná – Brasil, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, de acordo com a Lei nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 18.294/2017, seleciona projetos que visam a prestação de serviços esportivos para crianças e jovens na área de esporte educacional, através da colaboração e parceria com a prefeitura. Considerando a especificidade das políticas esportivas em relação ao esporte escolar no município de Paranavaí e destacando a importância dos agentes implementadores enquanto executores dessas práticas, o objetivo desta pesquisa foi identificar como os agentes implementadores compreendem o esporte escolar no município de Paranavaí-PR. Desse modo, foi realizada uma entrevista semiestruturada com vinte agentes implementadores que trabalham com o esporte escolar no município. Através da análise do discurso proposto por Bardin (2011) foi possível identificar que os agentes implementadores entrevistados compreendem o esporte escolar vinculado ao esporte de competição e que são incentivadores no aprendizado de regras e fundamentos, além da possibilidade de descoberta

de talentos esportivos. Entretanto, evidenciam que os projetos esportivos no município de Paranavaí-PR buscam de forma objetiva a iniciação esportiva, promovendo a formação cidadã dos participantes.

**Palavras-chave:** Esporte escolar; agentes implementadores; política pública, formação.

## **Introdução**

A história do esporte escolar no Brasil remonta ao início do século XX, quando o país começou a adotar medidas para promover a Educação Física e o esporte nas escolas. A Educação Física, em seu contexto mais amplo, sempre esteve atrelada a determinadas concepções ideológicas e político-governamentais na sociedade, apresentando, ao longo da história, aspectos higienistas, eugenistas, militaristas, esportivistas, utilitaristas e tecnicistas, de acordo com as necessidades da época. O esporte se destaca neste contexto a partir da década de 1930, durante o período do Estado Novo, tendo seu auge durante a Ditadura Militar no Brasil, entre as décadas de 1960 e meados de 1980 (Starepravo, Souza e Milani, 2019).

Como consequência de um novo plano político-educacional apresentado no Decreto-Lei nº 705/1969, que tornou “obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior” (Brasil, 1969), e da implementação da Política Nacional de Educação Física e Desportos em 1975, que tinha por objetivo elevar o nível dos desportos em todas as áreas, intensificar o desporto de massa, elevar o nível técnico-desportivo de atletas e difundir o desporto como lazer (Brasil, 1969, 1975), o esporte passou a fazer parte do cotidiano das escolas em diferentes contextos, tendo destaque o início dos Jogos Escolares Brasileiros em 1969 (Kiouranis, 2017).

Ao longo da história, o esporte na escola passou a ser debatido por diversos autores e em diversas perspectivas que não serão discutidas neste trabalho. No entanto, sabe-se que, atualmente, o esporte continua presente dentro das escolas, como aponta o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) sobre a estrutura esportiva no Brasil. O levantamento demonstrou que, dos 5570 municípios investigados, 83,4% (4.644) desenvolveram ações, projetos ou programas voltados ao esporte escolar, sendo executados em municípios com maior nível populacional, e que as competições escolares e o esporte escolar obtiveram o maior destaque entre os programas, com 77,3% (3.589) e 51,6% (2.394), respectivamente (IBGE, 2016). Em 2019, o atendimento de crianças e adolescentes através do Programa Segundo Tempo Forças no Esporte (PROFESP) beneficiou 26 mil crianças e jovens, constituindo 228 polos em um total de 94 municípios,

com um investimento de R\$ 33,7 milhões, incluindo 146 polos que funcionavam em organizações militares (Barros, 2019).

No que tange ao esporte escolar, o Decreto nº 7984 de 2013 menciona os estudantes com talento esportivo, visando aproveitar as oportunidades que possam ser proporcionadas, potencializando o esporte de rendimento e a promoção da saúde (Brasil, 2013). Nesse sentido, as possibilidades de práticas do esporte escolar incluem competições, eventos e programas que desenvolvem a formação esportiva, o treinamento e a complementação educacional que integra uma relação cívica e cidadã. Este decreto ainda destaca que os promotores que ofertam essas competições são: a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE), a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), instituições vinculadas às instituições públicas ou privadas que têm por intuito a ampliação e desenvolvimento de programas educacionais e as instituições de educação de qualquer nível de ensino.

No setor público, as políticas de esporte podem se manifestar em forma de projetos e programas, que são implementados por meio de agentes que executam uma política de esporte e estabelecem meios de trabalho para a sua efetivação. Entretanto, grande parte do que é discutido do ponto de vista legislativo não atinge efetivamente a prática do agente na implementação da política de esporte (Oliveira, Souza e Marchi Junior, 2021). Os agentes implementadores são a ponta do processo. São eles que realizam a interpretação da política na teoria e a tradução para o desenvolvimento de uma prática chamada implementação (Ball, Maguire e Braun, 2016).

No município de Paranavaí, localizado no estado do Paraná – Brasil, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, de acordo com a Lei nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 18.294/2017, seleciona projetos que visam a prestação de serviços esportivos para crianças e jovens na área de esporte educacional, através da colaboração e parceria com a prefeitura. O objetivo desta política é a ampliação das atividades esportivas voltadas à manutenção da saúde, com a visão de melhoria da qualidade de vida através de hábitos saudáveis e do desenvolvimento do senso crítico. Esses projetos concretizam o esporte no município com a missão de introduzi-lo na vida dos jovens, com perspectivas para o futuro em sua prática social, de lazer ou manutenção da saúde (Paranavaí, 2019).

Considerando a especificidade das políticas esportivas em relação ao esporte escolar no município de Paranavaí e destacando a importância dos agentes implementadores enquanto executores dessas práticas, o objetivo desta pesquisa foi identificar como os agentes implementadores compreendem o esporte escolar no município de Paranavaí - PR.

## **Metodologia**

A análise apresentada no presente trabalho faz parte de um projeto maior, onde foi realizada uma pesquisa de campo que, de acordo com Gil (2008), tem por objetivo levantar dados da realidade específica de um determinado ambiente ou indivíduo, podendo ser realizada através de observações, questionário ou entrevista. Neste caso, foi realizada uma entrevista semiestruturada, que, segundo Gratton e Jones (2010), o pesquisador utiliza questões elaboradas previamente, mas tem abertura para torná-la mais flexível para a coleta de dados. Assim, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá, e, após sua aprovação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos.

Para a realização das entrevistas, foram selecionados os 20 agentes implementadores dos projetos esportivos aprovados no edital de esporte educacional no ano de 2020. Os agentes em questão apresentaram uma média de idade de 40 anos, sendo dezessete do sexo masculino e três do sexo feminino. O tempo de serviço no projeto foi, em média, de doze anos e dois meses. Quanto à escolaridade, identificou-se um agente com doutorado, onze com especialização, um com especialização em andamento, três com ensino superior completo, um com ensino superior em andamento e quatro com ensino médio.

Todas as entrevistas foram transcritas e analisadas baseadas na metodologia proposta por Bardin (2011), por meio da análise de conteúdo, que consistiu em identificar a compreensão do esporte escolar a partir das respostas dos agentes. Isso significa extrair do conteúdo do texto transcrito da entrevista o sentido que ele propõe, e, para essa pesquisa, usamos a categoria relacionada ao esporte educacional, que se subdivide em esporte educacional e esporte escolar. Nesse sentido, de acordo com as respostas dos agentes implementadores, pontuamos os dados referentes ao esporte escolar, respondidos através da categoria esporte educacional.

O tratamento dos dados possibilitou desenvolver as inferências e interpretações a partir dos agentes implementadores, de modo a tornar significativas as relações acerca do esporte escolar e esporte educacional.

## **Resultados e discussão**

Quando analisadas as falas dos agentes implementadores, é importante perceber que sua visão sobre o esporte escolar está relacionada à prática da iniciação esportiva em busca de um

talento. Isso é bastante característico na fala do agente implementador 04 quando cita: “como é iniciação a gente fala assim que é mais é a formação né, porque você está trabalhando a formação do atleta ainda né” e também do agente implementador 03 ao descrever: “[...] que é iniciação que sem ela não vai ter o atleta, mas a gente é conhecido a nível nacional mesmo, pelo esporte de alto rendimento, somos reconhecidos, como se diz, valorizados pelo alto rendimento, mas aqui na cidade o pessoal conhece a gente também pela iniciação, então é os dois, é a iniciação, a formação e o alto rendimento” (Agente 3).

Além desses dois agentes, os entrevistados 09 e 16 também apresentaram uma relação de iniciação esportiva e a descoberta de um talento esportivo. Esta percepção corrobora com a literatura, onde, de acordo com Nascimento (2016), na iniciação esportiva a criança vai aprender os fundamentos do esporte e, com o treinamento, visar o aperfeiçoamento desses fundamentos. O esporte escolar é voltado à detecção de talentos esportivos com limitações ofertadas à competição e de caráter de seletividade, ampliando relações para a prática do esporte de rendimento (Nascimento, 2016). Os agentes implementadores entrevistados compreendem que os projetos implementados no município de Paranavaí têm um aspecto de rendimento. Isso é relatado pelo agente implementador 16: “trabalho tanto com o rendimento quanto no esporte educacional” e pelo agente implementador 20: “O social né, a manifestação mais importante é o social, mas também trabalhamos com rendimento”. Mesmo em projetos que não têm como foco o desempenho, à medida que se encontra um talento esportivo, esse será lapidado para melhorar os fundamentos no esporte que pratica.

De acordo com Castellani Filho (1998), o esporte praticado na escola deve ser diferente do modo como o sistema esportivo o reproduz. O esporte, ao ser aplicado no ambiente escolar, deve trabalhar a competição de modo a estimular o estudante à prática de atividade esportiva e à melhora da sua autoestima, proporcionando o desenvolvimento de sua confiança e possibilitando acertos em suas escolhas. No entanto, o esporte no ambiente escolar ou fora dele não está livre de aspectos ou comportamentos como a agressividade e a individualidade, nem de atitudes que confundem o objetivo da prática esportiva, conforme relatado por Castellani Filho (1998).

Em relação ao objetivo do projeto, o agente implementador 02 destaca: “é revelar talentos, né, descobrir talentos na cidade também, é a participação da criança no seu tempo livre né”. Isso também é relatado pelo agente implementador 04. O esporte educacional, no que se refere ao esporte escolar, tem uma forte tendência ao rendimento esportivo que permaneceu como base legitimadora, sustentando a antiga crença do esporte escolar como o “redentor” do esporte

brasileiro. Ocorre uma forte tendência à ideia de talento esportivo e da formação de base para o alto rendimento, sendo um subcampo do esporte (Kiouranis, 2017).

Kiouranis (2017) tem como base os estudos dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) e destaca que o esporte escolar é uma vertente do esporte educacional, uma vez que os jogos escolares servem como pano de fundo para o esporte de rendimento e ainda sustentam uma crença antiga de que o esporte escolar é uma salvação para o esporte brasileiro. Canan (2018), em seus estudos baseados em uma construção histórica desse conceito ao que se refere ao ordenamento jurídico, prioriza o esporte educacional como uma relação pedagógica que pode ser manifestada no esporte na escola como uma prática esportiva na educação física escolar, enquanto Lopes (2019) destaca-o como uma forma de ensino, mas salienta que existe um problema em relação ao seu conceito.

De forma geral, identificamos que os agentes implementadores de Paranaíba apresentam uma visão do esporte educacional a partir do processo de competição esportiva que pode estar atrelada aos jogos estudantis. Diversas são as falas mencionadas sobre a prática competitiva das crianças e adolescentes através do esporte que é ensinado pelos agentes. Ao descrever como ocorre o trabalho nos projetos, muitos dos agentes implementadores se referem aos participantes como atletas. Isso se destaca em relação ao desenvolvimento dos fundamentos específicos das modalidades para que o “atleta” ou a “atleta” esteja em um bom nível competitivo, visando o esporte de rendimento.

## **Conclusão**

Diante do quadro de contradições e imprecisões na definição da manifestação do esporte educacional, ressaltamos a nossa concepção da manifestação do esporte educacional. Entendemos que o conceito está atrelado ao meio esportivo em suas diversas constituições e que não existe uma área exclusiva a ele, pois ele é universal, sendo encaminhado por diversos olhares. Onde ocorre o desenvolvimento do movimento através da aprendizagem e do ensino de uma modalidade, o esporte terá um cunho educativo, independente da sua especificidade. A priori, é importante mencionar que o esporte educacional não está condicionado unicamente a uma determinada manifestação esportiva. Independente da manifestação, o esporte educacional estará pautado em aspectos de desenvolvimento, aprendizagem e ensino do indivíduo. À medida que uma modalidade esportiva é apresentada e ocorre a sua inserção por meio de aspectos pedagógicos, observa-se em seus comportamentos e vivências a representação do desenvolvimento esportivo para um aspecto positivo.

Em relação aos agentes implementadores, é possível destacar que estes compreendem o esporte escolar vinculado ao esporte de competição e que são incentivadores no aprendizado de regras e fundamentos, além da possibilidade de descoberta de um talento esportivo. É bastante presente na fala dos agentes implementadores que o esporte escolar proporciona a descoberta do talento esportivo. Entretanto, evidenciam que os projetos esportivos no município de Paranaíba-PR buscam de forma objetiva a iniciação esportiva, promovendo a formação cidadã dos participantes.

## REFERÊNCIAS

Ball, S. J., Maguire, M., & Braun, A. (2016). *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Ponta Grossa: UEPG.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barros, B. (2019, maio 20). Programa Segundo Tempo/Forças no Esporte recebe aporte de R\$ 20 milhões. *Ministério da Cidadania*. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/58955-programa-segundo-tempo-forcas-no-esporte-recebe-aporte-de-r-20-milhoes>. Acesso em: 6 jun. 2024.

Brasil. (1969). Decreto-Lei nº 705, de 25 de julho de 1969 - Publicação Original. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 28/7/1969, Página 6401 (Publicação Original) Coleção de Leis do Brasil - 1969, Página 47 Vol. 5 (Publicação Original).

Brasil. (1975). Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, p. 13460, 8 outubro 1975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6251-8-outubro-1975-357712-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 mai. 2022.

Brasil. (2013). Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. *Diário Oficial da União*, Seção 1, Brasília, DF, p. 5, 8 abril 2013b. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2013/decreto-7984-8-abril-2013-775702-norma-pe.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Canan, F. (2018). *Compreendendo o direito ao esporte no Brasil – constitucionalização, teleologia e dogmática* (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Maringá/Universidade Estadual de Londrina). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6587396](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6587396). Acesso em: 04 jun. 2024.

Castellani Filho, L. (1998). *Política Educacional e Educação Física*. Campinas: Autores Associados. Disponível em: <http://files.pensando-em-educacao.webnode.com/200000056-b6b21b7a87/LIVRO%20POLITICA-EDUCACIONAL-E-EDUCACAO-FISICA.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.

Gratton, C., & Jones, I. (2010). *Research methods for sport studies* (2ª ed.). Abingdon: Routledge.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2016). *Pesquisa de informações básicas estadual e municipais: perfil dos estados e municípios brasileiros*. Brasília: IBGE.

Kiouranis, T. D. S. (2017). *Os jogos escolares brasileiros chegam ao século XXI: reprodução ou modernização na política de esporte escolar?* (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná). Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47355>. Acesso em: 6 jun. 2024.

Lopes, P. M. A. M. (2019). *Perspectivas e desafios para o desporto educacional do Distrito Federal: uma análise dos programas de esporte escolar de 2008 a 2017* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília). Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37171/1/2019\\_PaulaMirandadoAmaralMonteiroLopes.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37171/1/2019_PaulaMirandadoAmaralMonteiroLopes.pdf). Acesso em: 1 abr. 2024.

Nascimento, E. L. (2016). *Políticas públicas e esporte educacional: adeus ao atleta na escola?* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília). Disponível em:



[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21439/1/2016\\_EdrianeLimadoNascimento.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21439/1/2016_EdrianeLimadoNascimento.pdf).

Acesso em: 06 jun. 2024.

Oliveira, A. W. F. de, Souza, D. M. de, & Marchi Junior, W. (2021). O Desenvolvimento histórico dos projetos sociais esportivos: reflexões sobre as transformações políticas, sociais e educacionais brasileiras (1970-1990). *Corpo Consciência*, 25(3), 94-109. DOI: 10.51283/rc.v25i3.12628. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/12628>.

Acesso em: 27 dez. 2022.

Paranavaí. (2017). Decreto Municipal nº 18.294, de 20 de setembro de 2017. Regulamenta, no âmbito do Município de Paranavaí, a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil. *Diário Oficial do Município de Paranavaí*, Paranavaí, 2017a.

Paranavaí. (2019). Edital de Chamamento Público nº 039/2019. [*Edital de Chamamento Público que visa a seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração que tem por objeto a execução de projeto nas áreas esportivas e de lazer*].

Paranavaí: órgão oficial do município, Paranavaí, 2019. Disponível em: <https://paranavai.atende.net/transparencia/item/esporte-2019>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Starepravo, F. A., Souza, V. F. M., & Milani, F. G. (2019). *Políticas públicas na educação física*. Curitiba: Intersaberes.